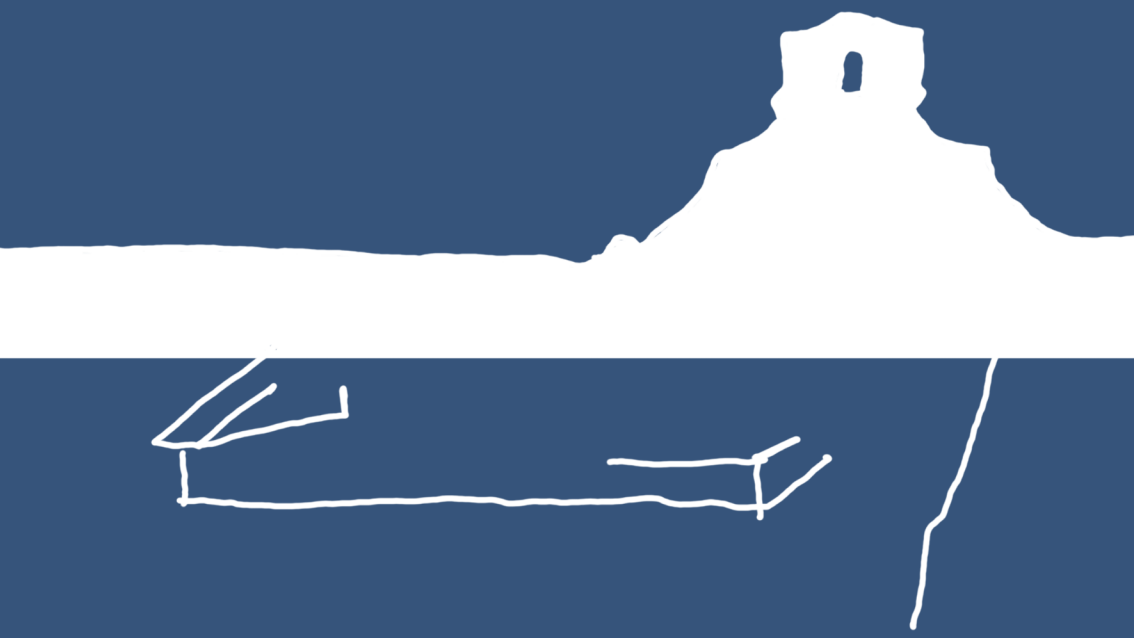


CENTRO HISTÓRICO DE

PARANAGUÁ

Caderno de Educação Patrimonial
Centro Histórico de Paranaguá

Organização
Lia Ono

Textos
Juliano Martins
Letícia Nardi
Lia Ono
Marcelo Grumann
Moisés Stival
Rodrigo Sartori Jabur

Revisão e Adaptação de textos
Lia Ono

Fotografias
Flávio Rocha
Projeto Artesanias Caiçara
INRC de Paranaguá
Lia Ono
Acervo Iphan
Francisco Rasia

Pesquisa Iconográfica
Lia Ono

Projeto Gráfico
Fernanda Cé Bogucheski

Realização: Iphan e Prefeitura Municipal de Paranaguá

APRESENTAÇÃO

Todos somos responsáveis pelo Patrimônio Cultural de nossas comunidades e devemos cuidar para que ele seja preservado como herança para as futuras gerações. As ações podem ser simples, começando pela nossa própria casa, nossa rua, nosso bairro e cidade.

Esta publicação tem por objetivo compartilhar com os moradores de Paranaguá e demais leitores algumas informações sobre o Conjunto Histórico de Paranaguá, tombado em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Além do centro histórico, o Fandango Caiçara também foi registrado e reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 2012.

Convidamos os arquitetos Rodrigo Sartori Jabur e Letícia Nardi, que dedicaram seus estudos a entenderem o processo de patrimonialização da cidade de Paranaguá e sua dinâmica urbana, para contribuírem com este caderno de educação patrimonial.

O texto de Jabur repõe a narrativa sobre a atuação das instituições de preservação do patrimônio cultural, destacando o papel e a participação da população nos processos de reconhecimento do que deve ser protegido.

A visão sobre o centro histórico de Paranaguá é ampliada com o texto de Nardi, que a partir de uma observação dos usos cotidianos do espaço urbano pela população e por turistas, aborda os valores oficialmente atribuídos pelos especialistas no campo do patrimônio em conexão com os valores construídos por seus usuários. O texto considera as relações do centro histórico de Paranaguá com outras partes da cidade, com outras temporalidades e realidades sociais distintas que atravessam esse mesmo espaço, o que possibilita a sua compreensão no contexto da cidade contemporânea.

E o centro histórico de Paranaguá também é lugar de fandangueiro! Os técnicos do Iphan que colaboram com a Salvaguarda do Fandango Caiçara apresentam algumas ações desenvolvidas para a manutenção e continuidade dessa tradição, que representa um modo próprio das comunidades caiçaras de ser, viver e estar no mundo.

Reunimos também orientações para os moradores que desejam realizar obras na área tombada ou no seu entorno, com um mapa ilustrativo do perímetro protegido em nível federal.

Esperamos que esta publicação incentive cada vez mais a participação de todos na preservação do patrimônio histórico, arquitetônico, paisagístico e imaterial da cidade de Paranaguá.

Superintendência do Iphan no Paraná



Rodrigo Melo Franco de Andrade e Dalena Guimarães Alves
Acervo Iphan.



PATRIMÔNIO CULTURAL DE PARANAGUÁ: DO EDIFÍCIO A CIDADE

Rodrigo Sartori Jabur[1]

Paranaguá, cidade portuária, cidade banhada pelo rio Itiberê, cidade mais antiga do Paraná, cidade patrimônio histórico nacional. Estas características demonstram a importância de Paranaguá para o estado do Paraná, não apenas economicamente, mas também no que se refere à sua história e ao seu patrimônio cultural. O reconhecimento da cidade como patrimônio histórico nacional não foi ao acaso. É resultado de uma importante trajetória no campo da preservação que se inicia conjuntamente com a criação do Iphan, em 1937, que tem por fundamental papel a seleção e o reconhecimento daquilo que é representativo da cultura brasileira.

E como esses bens culturais eram selecionados? De que maneira, nos primeiros anos, o então chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) conseguiu obter informações sobre bens de todo o país? Houve um período de coleta de informações em que foi possível apresentar um panorama de obras que poderiam ser submetidas a este reconhecimento. A comunicação e a coleta de dados aconteciam por meio do contato do primeiro diretor da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), com personalidades que estavam envolvidas em atividades do ramo cultural em suas regiões.

1. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná





No Paraná, o contato foi estabelecido com David Carneiro[2] (1904-1990), que prontamente respondeu às demandas, listando os bens de interesse de preservação no estado. A lista incluía: o Colégio dos Jesuítas e a Fortaleza da Ilha do Mel, ambas construções do século XVIII. Os interlocutores de cada região remetiam então as informações sobre os bens para a seleção do SPHAN, órgão sediado no Rio de Janeiro, que à época era a capital federal. Posteriormente, eram divulgadas as primeiras listagens de bens que representavam a cultura nacional e que seriam inscritos nos livros de Tombo.

O Colégio dos Jesuítas, situado nas margens do Rio Itiberê, é o primeiro edifício da cidade que obteve este reconhecimento nacional, em 1938. Desde então houve iniciativas locais e também estaduais para a restauração e readequação do edifício do antigo colégio para abrigar um museu. O Colégio se tornou a primeira experiência no campo da restauração, a partir da iniciativa e interesse de José Loureiro Fernandes (1903-1977), professor de Antropologia da Universidade do Paraná e diretor do Museu Paranaense, que tinha como ideal a criação de um Museu de Arqueologia.

Outra atividade de destaque que buscou resgatar a memória e a identidade da cidade foi a comemoração do Tricentenário de Paranaguá, que aconteceu no ano de 1948. Esta foi uma festividade que celebrava os 300 anos da elevação do pequeno povoado a vila. O Tricentenário é um momento marcante, no qual convergem o interesse da população e do governo local na preservação do patrimônio, observado nos discursos do prefeito João Eugenio Cominese (1904-1988), e do próprio José Loureiro, como também dos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. A iniciativa também foi encampada pela representação da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), através do arquiteto Luís Saia (1911-1975), que atuava na diretoria paulista, a quem estavam vinculados os assuntos referentes ao Paraná, pois este ainda não contava com um escritório autônomo. Durante as festividades, houve a montagem de alegorias nas ruas da cidade e a organização de uma exposição sobre Paranaguá, sediada na Escola Normal Dr. Caetano Munhoz da Rocha e intitulada Exposição Retrospectiva de Paranaguá. Esta exposição é considerada a primeira experiência para a criação de um museu municipal, que vai ocorrer oficialmente em 1949. A instalação do Museu de Paranaguá no antigo Colégio dos Jesuítas, foi a primeira obra e a de maior envergadura no campo da preservação do patrimônio cultural no estado do Paraná até aquele momento.

2. David Antônio da Silva Carneiro, intelectual curitibano então responsável pela coleção particular do Museu Coronel David Carneiro, localizado na capital paranaense. Foi colaborador do Sphan entre 1937 e 1948, na função de "Assistente técnico". Engenheiro de formação positivista e ligado ao movimento paranista, dedicou-se aos estudos sobre temas paranaenses, tendo publicado uma vasta bibliografia a respeito da história militar do estado.

O processo de restauração do Colégio dos Jesuítas foi marcado por muitas dificuldades e pela insistência na viabilização da obra, principalmente por Loureiro Fernandes. O trabalho arqueológico empreendido por Loureiro revelou as bases da antiga igreja e uma antiga parede deste mesmo edifício. A partir destes elementos, o arquiteto Luís Saia elaborou o novo acesso ao Museu, com a readequação dos jardins, criando um caminho que passava sobre a ruína, chegando à entrada do edifício, de modo que era possível observar o famoso claustro. Essa vista do claustro é uma imagem que marcou por muitas décadas a memória dos visitantes e dos moradores de Paranaguá. As primeiras salas expositivas foram inauguradas em 1961, com a presença do então governador Ney Braga (1917-2000). A totalidade do museu foi aberta em 1963, após anos de aquisição e constituição de acervo com materiais de diversas regiões do Brasil.

Além do Colégio dos Jesuítas, já existiam outros imóveis de interesse de preservação na cidade. Nesse período, aquilo que se colocava como representativo do patrimônio nacional era predominantemente a arquitetura do século XVII e XVIII, conhecida como "patrimônio de pedra e cal". Portanto, em Paranaguá, são destaques nesse momento duas pequenas igrejas: a Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e a de São Benedito. Ambas igrejas figuravam nas listagens de bens enviadas por David Carneiro na década de 1930, no entanto, essas edificações não foram contempladas com o tombamento naquela época.

Em 1951, o Prefeito Cominesi, solicita ao DPHAN o tombamento das duas igrejas. É válido salientar que são raros os casos, no panorama brasileiro daquele período, em que o tombamento seja requerido por um órgão municipal. Paranaguá inclui-se nesses raros casos, mas por problemas de articulação e diálogo entre as instâncias, a solicitação acabou sendo arquivada. Isso não significa que a história tenha acabado dessa maneira, pois já nos anos de 1960 ocorreu um novo pedido para o tombamento das duas igrejas, através da iniciativa da Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, Dalena Guimarães Alves (1928-2000). Dessa vez com desfecho positivo, o pleito foi aceito. Em 1966, o DPHAN finalmente aprovou o pedido de tombamento das igrejas.

No momento em que o tombamento foi oficializado, a igreja da Ordem Terceira já passava por sua primeira restauração, financiada pelo Estado do Paraná. A restauração aconteceu depois de um trágico evento, que muitos moradores ainda relembram: o incêndio que ocorreu em novembro de 1960, destruiu o altar, parte







da cobertura e da sacristia. Esse fato mobilizou os representantes estaduais para a restauração do edifício, dentre os quais podemos citar: Loureiro Fernandes, Dalena Guimarães e Ennio Marques Ferreira (1926), que na época era Diretor do Departamento de Cultura. Quanto ao Bispado da Ordem Redentorista, responsável pela igreja, não tinha interesse em sua utilização, o que motivou a reflexão sobre o novo uso do edifício: um museu, uma sala de concertos ou um teatro?

A obra de restauração foi iniciada em 1965 e demorou anos para ser concluída. Houve a recuperação das estruturas de madeira destruídas pelo fogo e o altar foi retirado com a justificativa de que estava muito deteriorado. Com a retirada do altar, foi feita a remoção do reboco da parede, deixando a alvenaria de pedra aparente. Após a finalização das obras, foi sugerido a colocação de um dos retábulos laterais da antiga Matriz de Curitiba, armazenada num depósito do Museu Paranaense. Assim, buscava-se o retorno do uso original da igreja para celebrações católicas. O espaço acabou tornando-se um teatro, que por muitos anos existiu na cidade de Paranaguá. A retomada das atividades litúrgicas na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas ocorreu no século XXI.

A Igreja de São Benedito foi tombada conjuntamente com a Igreja da Ordem. Encontrava-se em muito melhor condição de manutenção, pois era mantida pela irmandade que sempre zelou pelo edifício. A restauração consolidou estruturas e refez a cobertura. No espaço interno houve a retirada de elementos que configuravam o uso da igreja no século XIX: altares colaterais e pinturas em estêncil, na busca de unificar a linguagem arquitetônica do século XVIII. Esse procedimento é tema que pode render amplos debates no campo do restauro e da preservação, pois certos elementos, mesmo que de períodos distintos da construção original, são importantes para contextualizar a edificação, pois também contam uma história: a história de seu uso ao longo dos séculos. A obra de restauração foi concluída em 1967. Para comemorar o grande feito, houve uma missa inaugural com a presença de autoridades, dentre os quais, vale destacar, o diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu vice Renato Soeiro.

O esforço de preservação do patrimônio cultural de Paranaguá não se restringiu apenas aos edifícios de forma isolada. Desde os anos de 1960, o interesse pela preservação do conjunto urbano que representava o núcleo inicial da cidade é um tema bastante debatido. Inclusive com a visita de um importante representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Michel Parent (1916-2009), que esteve em Paranaguá para avaliar a viabilidade turística da cidade. Acrescenta-se a essas iniciativas, a elaboração do primeiro estudo para o Plano Diretor da cidade, em 1966, idealizado pelo arquiteto belga Frederic de Limburg-Stirum (1931), que foi responsável pela elaboração do Plano Diretor da cidade de Paraty, no litoral do estado do Rio de Janeiro. Esses intelectuais estrangeiros foram à Paranaguá, graças à intermediação de Dalena Guimarães Alves.

A partir desse estudo elaborado pelo arquiteto belga, houve desdobramentos e um aprofundamento na pesquisa, o que resultou na elaboração do primeiro Plano Diretor de Paranaguá, em 1967, pelo arquiteto e professor da UFPR, Cyro Correa Lyra. Nesse plano foi delimitado o centro histórico de Paranaguá, cujo traçado apontava como elementos fundamentais: a Ponta do Caju, a Fonte da Gamboa, a Igreja de São Benedito, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco dasantiga parede deste mesmo edifício. A partir destes elementos, o arquiteto Luís Saia elaborou o novo acesso ao Museu, com a readequação dos jardins, criando um caminho que passava sobre a ruína, chegando à entrada do edifício, de modo que era possível observar o famoso claustro. Essa vista do claustro é uma imagem que marcou por muitas décadas a memória dos visitantes e dos moradores de Paranaguá. As primeiras salas expositivas foram inauguradas em 1961, com a presença do então governador Ney Braga (1917-2000). A totalidade do museu foi aberta em 1963, após anos de aquisição e constituição de acervo com materiais de diversas regiões do Brasil.

O Plano Diretor auxiliou na preservação das escalas em parte do centro histórico, pelas exigências feitas aos novos edifícios construídos nessa área, principalmente, pelas restrições de altura das edificações. Isto não significa que agressões ao patrimônio histórico e cultural da cidade tenham deixado de acontecer. Ocorreram muitas transgressões durante o passar dos anos, no que se refere às escalas, como também perdas pelo abandono de imóveis ou por demolições, causando comoção na cidade.

A transformação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN), no ano de 1976, acentuou o debate em torno de ações e estruturas mais próximas das regiões de atuação do instituto, de forma descentralizada e autônoma. Desta maneira, iniciou-se uma mobilização para a criação de Escritórios Técnicos do Patrimônio nos estados. No Paraná, ocorreu em um primeiro momento a criação de um escritório técnico vinculado a São Paulo, seguido da criação de uma Superintendência Regional com sede própria. Nesse processo, foi de fundamental importância a atuação do arquiteto José La Pastina Filho, que viabilizou um terreno junto à prefeitura de Curitiba para a instalação de uma casa histórica de madeira que foi desmontada no bairro Portão e remontada na rua José de Alencar, no bairro Juvevê, que abriga a sede do Iphan no Paraná até os dias de hoje.

O interesse pelo tombamento do centro histórico de Paranaguá intensificou-se na década de 1980. A primeira solicitação partiu da sociedade civil: a Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística sugeriu, em 1983, o tombamento do conjunto urbano e da Estrada de Ferro entre Curitiba e Paranaguá. No ao seguinte, o representante do IPHAN no Paraná, o arquiteto José La Pastina, iniciou pesquisa na cidade para identificar as áreas representativas desse patrimônio, utilizando desenhos, fotografias e mapas. Na gestão do prefeito Waldyr Salmon (1934-2017), consideráveis ações no campo da preservação foram realizadas em Paranaguá: a criação de um setor na prefeitura para tratar de questões relacionadas ao centro histórico; a elaboração do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, através da Secretaria de Planejamento Urbano; e um novo pedido, em 1988, do tombamento do centro histórico de Paranaguá.

Apesar dos pedidos de tombamento apresentados, o Iphan passava por uma desestruturação e posteriormente perdeu-se a ponte de diálogo com a nova gestão da prefeitura municipal, o que acarretou em grandes riscos para a preservação do patrimônio, chegando até ao ponto da municipalidade pedir a anulação da delimitação do centro histórico de Paranaguá. Como resposta, são encontradas ações individuais e coletivas na cidade, contra estas ameaças, por exemplo, de estudantes da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – Fafipar e do movimento chamado S.O.S Paranaguá que buscava ações para a preservação do conjunto histórico através de protestos, cartazes e adesivos. Esses acontecimentos motivaram uma resposta rápida por parte do Governo do Estado do Paraná que aprovou, em regime de urgência, no ano de 1990, o tombamento do centro histórico de Paranaguá como patrimônio estadual.

Depois desse período turbulento, novas gestões municipais buscaram restabelecer ações de preservação na cidade. Uma ação estruturante e muito importante foi a contratação de um arquiteto especializado no campo da preservação do patrimônio, Luiz Marcelo Bertoli de Mattos (1961-2019), que propôs um plano que pensava os espaços públicos, a recuperação do casario na rua da Praia, a restauração de edifícios defronte à Igreja Matriz, dentre outras ações. Em 2008, ocorreu uma reunião para discutir o tombamento em nível federal de Paranaguá, a partir da entrega dos estudos iniciais e da definição da área considerada como histórica pelos especialistas. Assim, finalmente, em 2009, a cidade foi reconhecida pelo Iphan como patrimônio cultural brasileiro.

A breve trajetória aqui apresentada, demostra o papel fundamental das instituições, de seus representantes e dos movimentos da sociedade civil em defesa do patrimônio de Paranaguá. Quando hoje nos deparamos com a cidade e seus edifícios de séculos atrás, vemos como eles condensam aspectos culturais da localidade. São também resultado de grandes esforços coletivos para a preservação daquilo que em alguns aspectos nos representa. Isto não significa que este trabalho acabou. Pelo contrário. É papel fundamental da população dar continuidade a esse empenho, valorizando e protegendo esses bens, defendendo suas representações na cidade, ou seja, cada vez mais ampliando e fazendo-se presente na diversidade cultural de uma cidade tão importante para o estado do Paraná como é Paranaguá.

Este texto tem por base o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, intitulada Paranaguá: Identidade e Preservação, que foi realizada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) sob orientação da Prof.ª. Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



PROCEDIMENTOS

ANTES DE REALIZAR OBRAS (RESTAURAR, REFORMAR, AMPLIAR, MANTER E CONSTRUIR), É IMPORTANTE SABER...

O cidadão interessado em realizar obras em imóvel localizado na área protegida pelo IPHAN ou pela Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná (CPC) em Paranaguá, deverá, antes de iniciá-las, pedir autorização ao IPHAN, conforme Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e a Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010; e à CPC, conforme Lei Estadual nº 1211 de 16 de setembro de 1.953 e as Normas de Uso e Ocupação do Setor Histórico de Paranaguá, disponíveis em http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/ .



DECRETO-LEI 25 DE 1937

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

LEI ESTADUAL Nº 1211 DE 16 DE SETEMBRO DE 1.953

Artigo 14 - As coisas tombadas não poderão em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinqüenta por cento (50%) do dano causado.

Parágrafo único - Tratando-se de bens pertencentes ao Estado ou aos Municípios, a autoria responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 15 - Sem prévia autorização da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso, multa de cinqüenta por cento (50%) do valor do mesmo objeto.

ANTES DE REALIZAR OBRAS (RESTAURAR, REFORMAR, AMPLIAR, MANTER E CONSTRUIR, INSTALAR EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO E TOLDOS),

O QUE EU PRECISO FAZER?

É necessário pedir autorização ao IPHAN e à CPC.

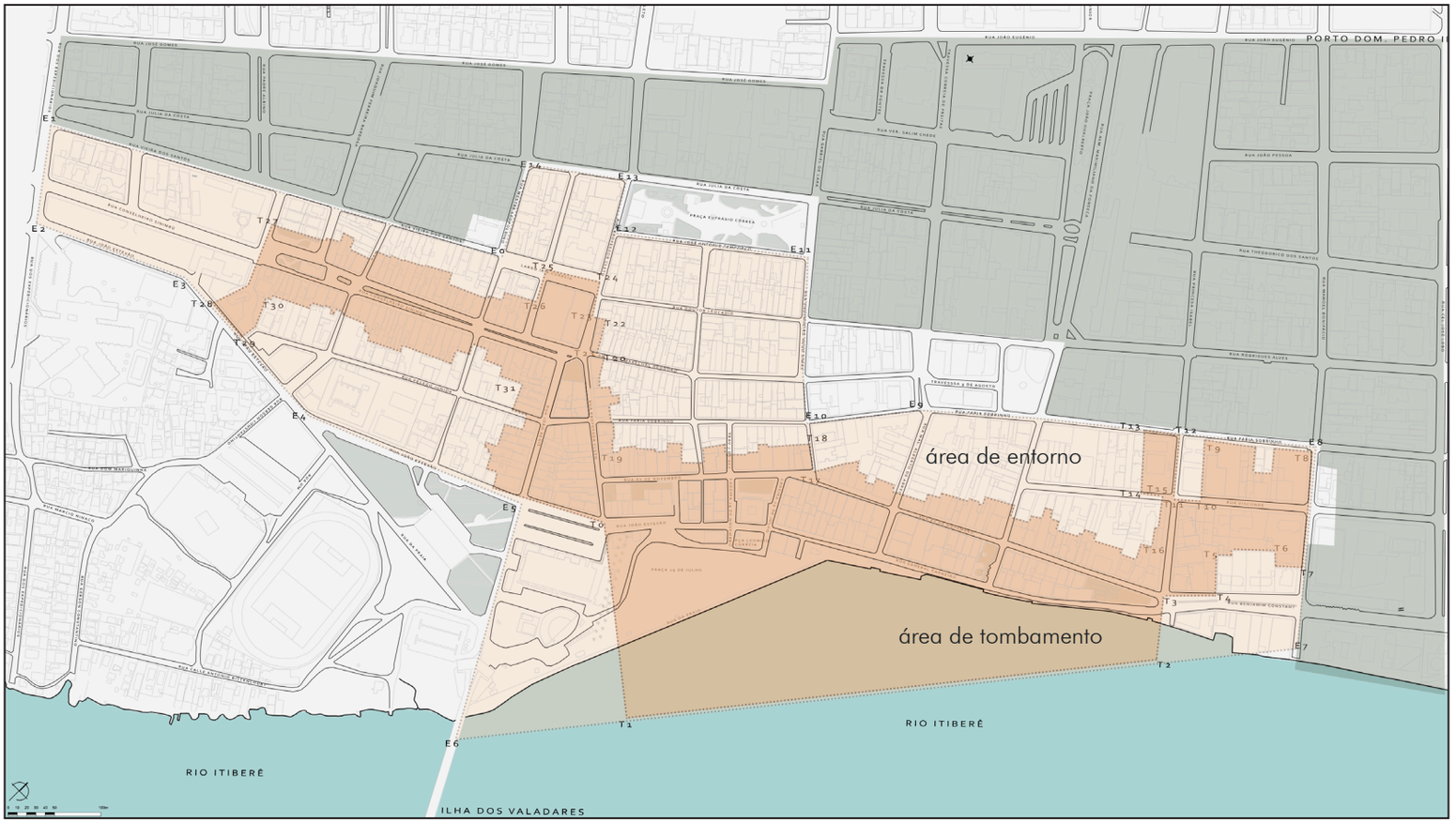
Para a análise e aprovação pelo IPHAN, o cidadão interessado deverá apresentar os seguintes documentos, preferencialmente, à Secretaria de Urbanismo, a qual encaminhará ao IPHAN.

a. Formulário de requerimento de autorização de intervenção devidamente preenchido e assinado;

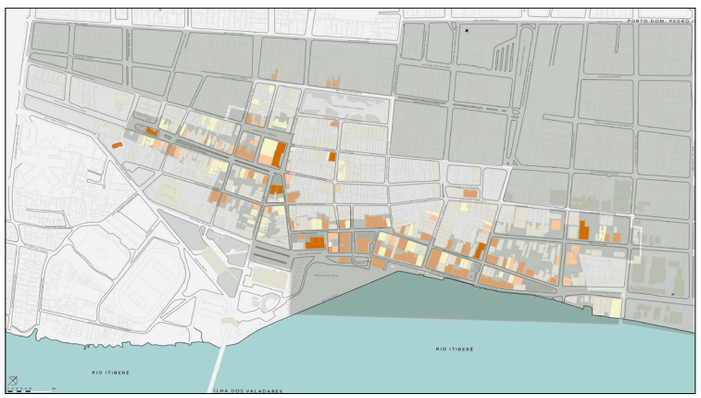
b. Cópia do CPF ou CNPJ do requerente; e

c. Cópia de documento que comprove a posse ou propriedade do imóvel pelo requerente, tais como escritura, contrato de locação, contas de luz ou de água, ou talão de IPTU.

ÁREA DE TOMBAMENTO | IPHAN



ÁREA DE TOMBAMENTO ESTADUAL E GPs



QUERO APENAS

- SUBSTITUIR TELHAS,
- PINTAR FACHADA
- SUBSTITUIR ALGUMAS PEÇAS DETERIORADAS (DE JANELAS, PORTAS...)

Essas pequenas obras são entendidas pelo Iphan como reforma simplificada, ou seja: obras de conservação e manutenção, ou serviços simples, como pintura de fachada, troca de telhas, substituição de peças deterioradas.

Para esses serviços, além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, o CIDADÃO INTERESSADO deverá apresentar:

O requerimento com a descrição dos serviços a serem realizados.

QUERO SABER O QUE É POSSÍVEL FAZER NO MEU IMÓVEL?

O cidadão interessado em saber o que é possível fazer em seu imóvel, pode solicitar ao Iphan uma Informação Básica, na qual serão fornecidos os parâmetros gerais de intervenção no imóvel (prédio/terreno) que deverão ser levados em consideração no desenvolvimento de projeto arquitetônico, para futura aprovação no Iphan.

QUERO SABER SE É VIÁVEL A MINHA PROPOSTA?

Os cidadãos que já tem um estudo da intervenção desejada, podem fazer uma Consulta Prévia ao Iphan, isto é, uma consulta sobre a viabilidade de determinada intervenção, com vistas ao desenvolvimento de projeto para aprovação.

Além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, é exigida a seguinte documentação:

Estudo preliminar da intervenção, contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, planta de pavimentos, cortes e fachadas, diferenciando partes a demolir, a manter e a construir, conforme normas da ABNT, principalmente as NBR 6.492, 13.531 e 13.532.

QUERO REFORMAR

Para os cidadãos que desejam executar Reformas

Reforma: são obras que implicam na demolição ou construção de novos elementos, como ampliação ou supressão de área construída; modificação de volumes, vãos; aumento de altura e pavimentos; substituição significativa da estrutura; alteração na inclinação da cobertura;

Além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, o cidadão interessado deve apresentar:

Anteprojeto, contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, diferenciando partes a demolir, a manter e a construir, conforme normas da ABNT, principalmente as NBR 6492, 13531 e 13532.

QUERO CONSTRUIR NOVA CASA

Para os cidadãos que desejam executar construções novas

Construções novas: construção de edifício em terreno vazio ou em lote com edificação existente, desde que separado fisicamente desta),

Além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, o cidadão interessado deve apresentar:

Anteprojeto, contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, diferenciando partes a demolir, a manter e a construir, conforme normas da ABNT, principalmente as NBR 6492, 13531 e 13532.

QUERO INSTALAR PLACAS DE PUBLICIDADE OU DE SINALIZAÇÃO

Para os cidadãos que desejam executar:

Equipamento publicitário: instalação de letreiros, anúncios, faixas ou banners nas fachadas de edificações, lotes vazios ou logradouros públicos

Equipamento de sinalização de fins turísticos ou funcionais, configurando-se como uma comunicação efetuada por meio de placas de sinalização, com mensagens escritas ordenadas e/ou pictogramas)

Além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, o CIDADÃO INTERESSADO deverá apresentar:

Descrição ou projeto do equipamento publicitário ou da sinalização, contendo, no mínimo, indicação do local onde se realizará, dimensões gerais e descrição dos materiais a serem utilizados.

INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Para os cidadãos que desejam executar:

Instalações provisórias: instalações de caráter não permanente, passíveis de montagem, desmontagem e transporte, tais como stands, barracas para feiras, circos e parques de diversões, iluminação decorativa para eventos, banheiros químicos, tapumes, palcos e palanques.

Além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, o CIDADÃO INTERESSADO deverá apresentar:

Descrição ou projeto da instalação provisória, contendo, no mínimo, indicação do local onde se realizará, dimensões gerais e descrição dos materiais a serem utilizados.

QUERO RESTAURAR

Obras de Restauração: é considerada obra de restauração aquela que tenha por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções; bens tombados individualmente enquadram-se obrigatoriamente nessa categoria, caso a intervenção proposta não seja relativa à instalação de equipamento publicitário/sinalização ou reforma simplificada),

Além dos documentos de identificação e posse ou propriedade do imóvel, a documentação específica exigida é:

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

Para análise e aprovação pela CPC, deverão ser apresentados os documentos constantes no site www.patrimoniocultura.pr.gov.br, no campo “Gestão de Bem Patrimonial”.



CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ: USOS E SENTIDOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Letícia Nardi[1]

Paranaguá. Centro histórico. Algum dia entre agosto e novembro de 2010. É o amanhecer de um dia comum, cotidiano. [...] Há uma movimentação maior às margens do Rio Itiberê. Onde a Rua General Carneiro se estreita, conforma-se uma prainha que serve de ancoradouro para pequenas embarcações particulares que vêm dos mais diversos pontos das baías próximas, principalmente, de Paranaguá e Laranjeiras – das localidades de Piaçaguera, Amparo, Superagui, Guaraqueçaba, entre tantas outras. O desembarque dos barcos de linha, ali bem próximo, também gera movimento durante a manhã.

As pessoas desembarcam e se enfileiram no trapiche, quando pisam em terra firme [...] se deparam com um sobrado eclético bastante ornamentado – o Sobrado Mathias Bohn, que é contiguo a outros sobrados com a mesma volumetria, formando um conjunto que se impõem sobre a rua. Apressadas, as pessoas parecem querer se esquivar deles, a maioria fechado, sem uso.

São pessoas de todas as idades, senhores e senhoras com malas e sacolas; mulheres e homens que, por vezes, vestem roupas simples e chinelos de dedo, mas por vezes trajam roupas mais apuradas para irem ao trabalho ou para resolverem alguma coisa na 'cidade', visto que 'para resolver ou comprar coisas tem que vir aqui', conforme a fala de um morador de Superagui que desembarcava em Paranaguá naquele momento (NARDI, 2015, p.136-137).

1. Arquiteta e Urbanista (UFPR, 2000), especialista em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina (Programa ITUC/AL, CECI, 2003) e mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU Cidade, UFSC, 2011). É organizadora do livro Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea (EdUFSC, 2012), com Alicia Norma de González Castells; e autora do livro Centro histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana (Editora Appris, 2015). Desde 2015, é proprietária da empresa Inspire-C Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural Eireli ME.

A partir desse ponto seguem caminhos diversos, a pé ou com a bicicleta trazida na viagem. Seguem em direção à Praça Fernando Amaro para fazer compras ou sacar dinheiro no banco, caminham em direção à rodoviária para seguir para outros destinos, ou sentam-se no Mercado do Café, para, talvez, a primeira refeição do dia - café, como sugere o próprio nome do lugar, acompanhado de pastéis, bolinhos e quitutes tradicionais depois de uma viagem que pode ter demorado até três horas. O movimento vem também da Ilha dos Valadares com pessoas chegando pela ponte - a pé, de bicicleta ou de moto ou ainda pelas ruas Coronel Elysio Pereira e Conselheiro Sinumbú,

[...] onde ciclistas se mesclam a um maior fluxo de carros, e, astuciosamente, desprovidos de equipamentos de segurança, carregam em suas garupas outras pessoas, crianças, sacolas diversas e até mesmo botijões de gás, em dias de sol ou chuva, se arriscando principalmente quando passam a trafegar pelas trepidantes ruas do centro histórico, pavimentadas com paralelepípedos (NARDI, 2015, p.136-137).



O cotidiano engole transeuntes, praticantes, usuários em sua dinâmica própria. O olhar atento compreende que o centro histórico de Paranaguá, com seu alicerce arquitetônico e urbano que remete aos séculos XVII, XVIII e XIX, é mais que um perímetro delimitado e protegido pelas legislações de tombamento. Ele é parte intrínseca da vivência que acontece no dia-a-dia, com permanências e transformações importantes. Práticas que estabelecem usos e sentidos ao espaço urbano que definem valores construídos socialmente pela comunidade parnanguara.

Assim, é possível dizer que os usos e sentidos vividos no cotidiano

> [...] são os aspectos que costuram conexões com outras partes da cidade, com outras realidades e com outras temporalidades; materializam relações de poder que dão ao espaço um caráter político (onde se estabelecem discussões); e permitem a compreensão da relação entre os componentes materiais e subjetivos do espaço urbano (NARDI, 2015, p.36).

Para compreender de uma maneira mais ampla essa área urbana preservada como patrimônio histórico foi realizada uma pesquisa entre 2009 e 2011[2] que definiu três temáticas: a relação da cidade com o Rio Itiberê, as trocas comerciais e a religiosidade. Esses três aspectos não dão conta da vivência urbana do centro histórico de Paranaguá, mas trazem luz a aspectos que fazem parte da configuração inicial da cidade, evidenciando a dinâmica de permanências e transformações que constrói a cidade no cotidiano, sendo ativos na sua versão contemporânea.

Relações com o Rio Itiberê

O Rio Itiberê é primordial para a configuração da cidade na sua perspectiva temporal. Certamente participa da ocupação do território desde períodos bem mais longínquos. Quando os aventureiros chegaram em busca de ouro, eram os Karijós que habitavam a "baía redonda". Entre conflitos e miscigenações, os colonizadores se estabeleceram na margem esquerda do Rio Itiberê, próximos a uma fonte de água, hoje simbolizada pela Fonte Velha, monumento tombado.



Deste marco inicial, a cidade se consolidou naquele território. As atividades comerciais se expandiram através do Rio Itiberê. O atracadouro inicial se transformou em um dos portos mais importantes do Sul do Brasil no século XIX, estabelecendo conexões internacionais a partir da área onde hoje está o centro histórico. No século XX, o rio não suportou o movimento de cargas e assoreou. O porto mudou de lugar, cresceu e a cidade diminuiu o ritmo na sua área central.

Apesar das transformações, as conexões através do rio nunca cessaram, o ir e vir de barcos reafirma as conexões náuticas naturais à vivência urbana parnanguara. Por ali chegam pescados, saem produtos para serem vendidos nas ilhas e localidades, chegam pessoas para estudar, trabalhar, visitar. Em momentos excepcionais, reúne fiéis para as homenagens a Nossa Senhora do Rocio e Nossa Senhora dos Navegantes. O rio é um elemento estruturante na paisagem da cidade, na vivência de todos aqueles que embarcam, desembarcam e atravessam suas margens para usá-lo ou contemplá-lo cotidianamente.

Trocas comerciais: configurações da centralidade urbana

Desde a corrida pelo ouro, as trocas comerciais foram centrais para a formação da cidade no século XVII. A intensidade aumentou muito no século XVIII e XIX com o ciclo da erva-mate, cujo porto conectava o planalto curitibano, produtor, ao mercado consumidor platino. No século XX, o ciclo do café proporcionou a expansão da atividade portuária. Paranaguá se transformou em polo comercial no Sul do Brasil, com escritórios importantes, despachantes, consulados de diversos países localizados nas estreitas ruas do centro da cidade.

Para além da atividade portuária, o comércio varejista se estabeleceu e prosperou no século XIX. Na Rua da Matriz, na Rua da Praia estabelecimentos voltados para o comércio e para serviços relacionados ao movimento náutico povoavam a margem do rio. Nas ruas centrais, as casas de negócio rivalizavam nas exposições de produtos finos, de manufatura estrangeira, que atraía a elite parnanguara, reforçando a importância da conexão direta da cidade litorânea com a capital do Império.



2.Pesquisa realizada durante o mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina), publicada posteriormente no livro Centro histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana (Editora Appris, 2015)



Mais democrático, o comércio de pescados, verduras, frutas e legumes tomava conta do Mercado Público e do Mercado do Peixe. Os produtos vinham em pequenas embarcações diretamente das ilhas e do universo rural para serem vendidos fresquinhos.

Na década de 1930, a mudança do porto forçou a transformação. O comércio local consolidou a centralidade urbana, transformando-a em polo regional. Enquanto o urbano se expandia, a área rural decrescia, tornando os produtos frescos cada vez mais escassos na área do centro histórico. Na década de 1990, o Mercado Público se transformou no Mercado do Café e o Mercado de Peixes, no Mercado de Artesanato, em um movimento de atração turística.

As transformações não param. A contemporaneidade estabeleceu a lógica do comércio popular para as ruas centrais de Paranaguá, que vibram. Atrai pessoas de vários bairros e municípios vizinhos, gera movimento de pedestres, ciclistas, as ruas ficam cheias carros, com poucos lugares para estacionar. Placas coloridas, ambulantes, mercadorias nas calçadas. O centro histórico ferve em um dia de sol escaldante.

Religiosidade: a manifestação da fé no ambiente urbano

A construção dos templos religiosos simboliza a implantação oficial da cidade, na lógica do Estado Católico, vigente nos séculos XVII e XVIII. Nesse período foram construídas as igrejas de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e de São Francisco das Chagas, que nos dias de hoje são elementos importantes do centro histórico de Paranaguá, todas tombadas.

Além dos templos, nos séculos iniciais, o uso religioso do espaço público era intenso. Comemoravam-se santos e datas religiosas, as procissões tomavam as ruas frequentemente. Nesse universo, a Festa do Rocio sempre teve destaque, mesmo quando era uma mera peregrinação a cabana de Pai Berê para rezar em torno da imagem encontrada durante a pescaria. No século XIX, uma igreja foi construída na localidade do Rocio e as comemorações intensificadas. Nos dias da festa, a elite parnanguara e a população em geral se deslocava para aquele ambiente rural e aprazível para comemorar a santa.

Ao longo dos séculos, a religiosidade foi perdendo espaço no ambiente urbano. Os dias santos foram cedendo espaço para um cotidiano mais laico. Apesar das transformações, a religião marca presença no centro histórico. A Festa do Rocio tornou-se grandiosa e a santa padroeira do Paraná. Atrai milhares de fiéis todos os anos para a encenação da lenda da 'ida' da imagem até a Catedral e da sua 'volta' para o Rocio, trazendo e levando uma multidão que se espreme pelas ruas do centro histórico.

Apesar de mais presente, a religião Católica não é a única que vivencia o centro histórico. Templos de várias religiões pentecostais e evangélicas se fazem presentes nessa área urbana central. Eventos evangélicos acontecem na Praça 29 de Julho. O centro histórico tende a se consolidar como um espaço aglutinador das diversas manifestações religiosas, reforçando o caráter de diversidade.

O centro histórico aglutina, cria tramas relacionais, estabelece conexões geográficas e simbólicas que perpetuam a vivência na cidade, tornando-se sua referência central. Como é possível observar na descrição das temáticas, tem elementos que permanecem por anos na dinâmica urbana, no mesmo lugar. E, tem coisas que se modificam, ganham outras formas, outros significados com um piscar de olhos. Nessa dinâmica de permanência e transformação, que relaciona aspectos materiais e subjetivos, são protagonistas os moradores, usuários, praticantes da cidade com seus cotidianos definidos ou inesperados.



Amanhece em Paranaguá, mais um dia começa no centro histórico. Tudo parece igual ou algo muda e se transforma.

NARDI, Letícia. Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana. Curitiba: Editora Appris, 2015



FANDANGO CAIÇARA

O Fandango Caiçara foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil em 2012, quando foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, em conformidade com o Decreto federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

A promoção e salvaguarda do Fandango Caiçara mobilizam o debate em torno da transmissão de saberes e técnicas associados à sua musicalidade, coreografia e poética. O contexto cultural mais amplo de manutenção dos modos de vida tradicionais das comunidades caiçaras também são temas de conversas e discussões que integram o plano de salvaguarda do fandango.

Nos bailes de fandango realizados nos litorais paranaense e paulista ocorre a apresentação de grupos de dança e musicais. Nesses bailes, as pessoas cantam, tocam, dançam e se divertem. Os instrumentos artesanais tradicionalmente feitos com os recursos naturais locais, como a caixeta – madeira leve, mole e clara que é transformada em rabeca -, juntamente com as "marcas" dos tamancos no tablado, conformam uma complexidade musical com modas, melodias, danças e coreografias que se atualizam continuamente, fazendo desta forma de expressão uma tradição cultural viva.



Historicamente, a realização de fandangos vinculava-se à organização de trabalhos coletivos - mutirões, puxirões ou pixiruns. Os bailes de fandango também eram associados aos roçados, colheitas, puxadas de rede ou construção de benfeitorias. O organizador oferecia como pagamento aos ajudantes voluntários "um fandango", espécie de baile com comida farta. Para além dos mutirões, o fandango era a principal forma de diversão e momento de socialização daqueles que se reuniam em festas religiosas, batizados, casamentos e, especialmente, no carnaval.

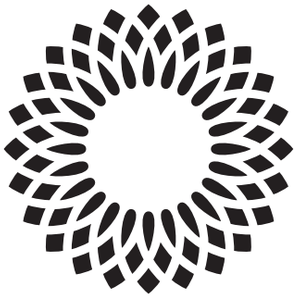
Atualmente, é cada vez mais rara a realização desses mutirões. Com o crescimento urbano e a proteção de algumas áreas da região transformadas em unidades de conservação, inúmeras comunidades tradicionais foram obrigadas a migrar. Essas mudanças provocaram movimentos de dispersão e reorganização dos núcleos organizadores de fandangos pelo território. Exemplo disso é a Ilha dos Valadares, lugar de concentração dos grupos parnanguaras onde anualmente se celebra, no mês de agosto, a Festa Nacional do Fandango Caiçara de Paranaguá.

O plano de salvaguarda do Fandango Caiçara vem sendo debatido por um coletivo formado por dezesseis representantes de seis municípios litorâneos, escolhidos de forma direta pelos próprios fandangueiros. As ações de salvaguarda são realizadas pelos fandangueiros com o apoio e parceria do Iphan e das prefeituras locais. É o caso do projeto Ô de casa: mobilização, articulação e salvaguarda do Fandango Caiçara. Esta foi uma ação que promoveu a realização de bailes, a formação de músicos e a organização de grupos de dança principalmente por meio de vivências nos bailes e junto aos mestres.

Em 2018, foi lançado pelo Iphan o edital Prêmio Fandango Caiçara, Patrimônio Cultural do Brasil, cujo objetivo foi a valorização dos mestres e grupos. O edital de premiação reconhece a trajetória de vida dos mestres fandangueiros e sua dedicação à transmissão e continuidade da tradição às futuras gerações.

Destacam-se, também, as ações que incentivam a transmissão de saberes associados à produção artesanal de instrumentos. No projeto Artesanias caiçaras: a sustentabilidade do fandango através da construção dos instrumentos musicais, as técnicas de construção foram compartilhadas em um processo educativo que resultou na produção de 55 instrumentos que, ao final, foram entregues a 16 grupos de fandango de Paranaguá e de outras oito cidades do território caiçara: Antonina (PR), Guaraqueçaba (PR), Pontal do Paraná (PR), Guaratuba (PR), Cananéia (SP), Iguape (SP), Ubatuba (SP) e Paraty (RJ).





PARANAGUÁ

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

SECULTUR
Secretaria de Cultura e Turismo de
Paranaguá

PREFEITURA DE
PARANAGUÁ
CIDADE MÃE DO PARANÁ

PREFEITURA DE
PARANAGUÁ

IPHAN

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

GOVERNO
FEDERAL